



Líderes definem hoje matérias que serão votadas nas sessões extraordinárias do Plenário

Nas sessões ordinárias, os trabalhos estão trancados por sete medidas provisórias, entre elas a que estabelece regime diferenciado para licitações de obras destinadas à Olimpíada de 2016, no Rio

Página 3

MEIO AMBIENTE | 8

DIOGENIS SANTOS



Frente Parlamentar da Agropecuária promove debate sobre novo Código Florestal

ESPECIAL | 6 E 7

Deputados, empresários e sindicalistas divergem sobre regulamentação do trabalho terceirizado. Na Câmara, tramitam 22 propostas sobre o tema



Deputados criticam interdição de direitos civis de pessoas com Down

Tiago Miranda

A deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) criticou ontem em Plenário a interdição de direitos civis a pessoas com síndrome de Down. A parlamentar participou de sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março.

Rosinha da Adefal afirmou que a Polícia Federal se recusa a entregar passaportes às pessoas com Down, mesmo sendo maiores de 18 anos que estudam, trabalham e têm renda. Segundo a deputada, a Justiça não tem permitido que eles sejam parte de demandas judiciais de seu interesse.

“O que nos preocupa é que as pessoas com deficiência intelectual sejam obrigadas a se submeter a essa supressão de autonomia e de cidadania, mesmo sendo plenamente capazes para os atos

da vida civil”, afirmou. Segundo Rosinha da Adefal, que é cadeirante, nenhuma discussão sobre deficiência pode acontecer sem os maiores interessados estarem presentes. A parlamentar, que precisou ser carregada para se pronunciar da Mesa, criticou a falta de acessibilidade no Plenário.

Para o deputado Amauri Teixeira (PT-BA), a polícia e a Justiça precisam reconhecer que há pessoas com síndrome com plenas condições cívicas. “Todos nós temos algum tipo de deficiência”, afirmou, citando diferenças de aptidões como cantar, escrever ou praticar esportes.

Centros de referência - A autora do requerimento para a realização da homenagem, deputada Erika Kokay (PT-DF), defendeu a criação de centros médicos de referência para o tratamento de pessoas com síndrome de Down com atendimento multidisciplinar. “Precisa-

mos fazer os recortes a partir das nossas singularidades em todas as políticas públicas para abarcar e incluir todos”, argumentou.

Erika Kokay também sugeriu mudanças no sistema educacional para en-

fatizar não só a inteligência cognitiva, mas também outras inteligências, como a corpórea e a afetiva. “Para além da cidadania, estamos lutando pela condição humana que pressupõe dignidade para todos”.

ELTON BOMFIM



Alunos de uma escola com educação inclusiva apresentaram um espetáculo de dança durante a sessão solene que homenageou o Dia Internacional da Síndrome de Down

agenda

TERÇA-FEIRA
15 de março de 2011

Código Florestal

Frente Parlamentar Agropecuária debate o Código Florestal. Auditório Freitas Nobre, a partir das 14h

Reforma política

A Comissão Especial da Reforma Política reúne-se para eleger os vice-presidentes e definir o roteiro de trabalhos. Plenário 11, às 14h

Votações

Reunião de líderes para definição da pauta de votações da semana. Gabinete da Presidência, às 15h

Bancada feminina

Eleição das representantes da Procuradoria da Mulher (uma procuradora e três procuradoras-adjuntas). Plenário 5, às 17h

POLÍTICA

Jaqueline Roriz admite recursos não contabilizados e pede licença

Em nota divulgada ontem, a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) reconhece que esteve mais de uma vez no escritório de Durval Barbosa em 2006 para receber recursos não contabilizados. Ela informa ainda que vai se afastar da Câmara nos próximos cinco dias por motivos médicos. Jaqueline Roriz aparece numa gravação em que Durval Barbosa entrega R\$ 50 mil para o marido da deputada.

Deputados da bancada do Distrito Federal decidiram ontem redigir uma nota que será encaminhada ao presidente da Câmara, deputado Marco Maia, solicitando a investigação do caso. “São faltas graves que merecem uma investigação”, disse a deputada Érica Kokay (PT). O documento não havia sido divulgado até o fechamento desta edição. Participaram da reunião seis dos oito deputados do DF: Policarpo (PT); Ricardo Quirino (PRB); Izalci (PR); Augusto Carvalho (PPS); Érica Kokay e Reguffe (PDT). O caso deve ser analisado pelo Conselho de Ética, que será instalado amanhã. O líder do Psol, Chico Alencar (RJ), disse que o partido vai encaminhar uma representação para que o caso seja examinado pelo conselho.

Ontem à tarde, o ministro do Supremo Joaquim Barbosa autorizou a investigação da deputada pela Polícia Federal. O ministro acatou o pedido de abertura de inquérito feito pela Procuradoria-Geral da República.

ACIDENTE EM RONDÔNIA

Líder do PT lamenta morte do ex-deputado Eduardo Valverde

O líder do PT na Câmara, deputado Paulo Teixeira (SP), lamentou a morte do ex-deputado Eduardo Valverde (PT-RO), vítima de um acidente de carro na sexta-feira (11), no interior de Rondônia. Paulo Teixeira lembrou que Valverde se destacou na defesa dos direitos da população indígena, do meio ambiente e da Amazônia. “Foi também um grande combatente na luta contra o trabalho escravo e na defesa dos direitos dos trabalhadores”, disse Teixeira.



Valverde, que era presidente do PT em Rondônia, foi eleito deputado federal em 2003 e reeleito em 2006. Em 2010, ficou em terceiro lugar na disputa para governador do estado.

Auditor fiscal do trabalho e formado em Direito e Administração, Valverde iniciou sua trajetória política na militância sindical. Na Câmara, foi titular das comissões de Minas e Energia; e de Fiscalização Financeira e Controle, além de integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

Rose de Freitas (PMDB-ES)

2ª Vice-Presidente

Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário

Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário

Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário

Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes

Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)

Ouvidor Parlamentar

Miguel Corrêa (PT-MG)

Procurador Parlamentar

Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Diretor-Geral

Rogério Ventura

Secretário-Geral da Mesa

Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor

Pedro Noleto

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Maria Clarice Dias

Ralph Machado

Roberto Seabra

Diagramadores

Guilherme Rangel Barros

José Antonio Filho

Roselene Figueiredo

Ilustrador

Renato Palet

Editor de fotografia

Reinaldo Ferrigno

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Líderes definem pauta das sessões extraordinárias

Pode ser votado o PL 1481/07, do Senado, que estabelece a meta de conectar todas as escolas públicas à internet de banda larga até 2013, com prioridade para as que ficam em zonas rurais

Eduardo Piovesan

Os líderes partidários se reúnem hoje, às 15h, para definir as propostas que entrarão na pauta das sessões extraordinárias desta semana. Uma das matérias que podem ser votadas é o Projeto de Lei 1481/07, do Senado, que estabelece a meta de conectar todas as escolas públicas à internet de banda larga até 2013, com prioridade para as situadas na zona rural. Nas sessões ordinárias, sete medidas provisórias trancam os trabalhos.

O projeto permite o uso de recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust) para essa finalidade e, de acordo com o substitutivo da Comissão Especial de Redes Digitais de Informação, o Ministério das Comunicações definirá anualmente a parcela dos recursos do fundo que deverá ser aplicada para alcançar essa meta.

Licitações - Entre as MPs que trancam os trabalhos, destaca-se a 510/10, que exige das empresas reunidas em consórcio solidariedade tributária no pagamento dos tributos federais relacionados ao empreendimento.

Nessa MP deve ser discutida, com a apresentação de emenda do relator, deputado Hugo Leal (PSC-RJ), a criação

de um regime diferenciado para licitações de obras destinadas à Olimpíada de 2016, no Rio de Janeiro. Esse assunto foi motivo de obstrução pela oposição quando da análise da MP 503/10 – aprovada no final de fevereiro –, que referendou a formação da Autoridade Pública Olímpica (APO) para gerenciar os preparativos desse evento.

Trem-bala - Também tranca a pauta das sessões ordinárias a Medida Provisória 511/10. Ela autoriza a União a garantir um empréstimo de até R\$ 20 bilhões, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao consórcio vencedor da licitação para construir o Trem de Alta Velocidade (TAV), conhecido popularmente como trem-bala. O leilão está previsto para 29 de abril deste ano, após dois adiamentos em 2010.

Educação e Correios - A primeira MP pautada para as sessões ordinárias é a 508/10, que concede crédito extraordinário de R\$ 968 milhões ao Ministério da Educação para reforço aos programas nacionais de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e de Alimentação Escolar (Pnae). Ambos são geridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Já a MP 509/10 prorroga, de novem-



O presidente da Câmara, Marco Maia, e o Colégio de Líderes se reúnem às 15h para definir a pauta da semana

Confira as outras MPs que trancam os trabalhos

MP 512/10 - concede incentivos fiscais à indústria automotiva instalada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, se vinculados a projetos de novos investimentos e pesquisas;

MP 513/10 - autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir os direitos e obriga-

ções do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH);

MP 514/10 - detalha novas regras da segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida, permitindo a atividade comercial em conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

bro de 2010 para 11 de junho de 2011, o prazo legal que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) tem para

licitar as franquias de seus serviços. Com isso, os contratos ainda não substituídos serão prorrogados até essa data.

Medida provisória autoriza repasse de R\$ 55 bi ao BNDES

Está em análise na Câmara a Medida Provisória 526/11, que autoriza a capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em R\$ 55 bilhões. O crédito da União poderá ser coberto pela emissão de títulos do Tesouro Nacional. As condições financeiras e contratuais da medida serão definidas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Mantega e Fernando Pimentel, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, argumentam, na exposição de motivos, que a medida é urgente, pois “com isso, a economia brasileira será capaz de cumprir seus projetos de investimento, dado que empresas brasileiras poderão recorrer ao BNDES, que é o principal agente fornecedor de crédito de longo prazo”.

Subvenção econômica - A MP 526/11 também amplia em R\$ 74 bilhões o limite de subsídios da União, por meio de equalização da taxa de juros, aos financiamentos do banco destinados a bens de capital, ao setor de energia elétrica, a produtos de engenharia e à inovação tecnológica.

O texto ainda prevê a possibilidade



O Executivo defende a urgência da medida e ressalta que o BNDES é o principal agente fornecedor de crédito de longo prazo no País

de subvenção das operações de financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia cujo principal objetivo é o suporte de projetos de ciência, tecnologia e inovação. No caso da Finep, os subsídios limitam-se a R\$ 1 bilhão.

Com os novos recursos, o total dos financiamentos que podem ter juros equalizados pelo Tesouro passa para R\$ 209 bilhões. Esse valor, segundo o Executivo, foi definido por meio de estudos técnicos realizados pelo próprio BNDES que levaram em conta a projeção de demanda por financiamentos e as estimativas de crescimento do PIB em 2011.

Texto estabelece ações em favor de municípios do Rio atingidos por enchentes

A MP 526/11 também estabelece três medidas em favor dos municípios atingidos pela enchentes do Rio de Janeiro: possibilidade de subvenção por meio da equalização da taxa de juros aos produtores rurais do estado; suspensão de exigências de regularidade fiscal para contratação de empréstimo ou renegociação de dívida com institui-

ções financeiras públicas; e ampliação do prazo para permuta dos chamados Certificados Financeiros do Tesouro (CFT), emitidos para capitalização de fundos ou caixas de previdências estaduais.

A possibilidade de subvenção já era prevista para empresas e microempreendedores individuais (MP 523/11). A novidade foi a inclusão dos produtores

rurais, pessoas físicas ou jurídicas, no grupo dos beneficiários. Já a suspensão da necessidade comprovação de regularidade fiscal para operações de crédito, segundo argumenta o governo, é necessária para sanar a dificuldade observada entre os beneficiários de reunir as certidões requeridas por leis e normas federais.

Pinga-Fogo

Licitações

Anthony Garotinho (PR-RJ) prometeu solicitar à Polícia Federal e à Secretaria Nacional de Segurança a relação de todas as compras realizadas por Luiz Fernando Corrêa durante o período em que esteve à frente dos dois órgãos. Garotinho expressou indignação com o salário recebido pelo secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. “Após o carnaval, estarei aqui com o seu contracheque, com um vencimento de R\$ 34 mil, em função do acúmulo do salário de delegado federal e de Secretário de Segurança Pública do Rio.”

Violência

Célia Rocha (PTB-AL) lamentou que Alagoas lidere o ranking dos estados brasileiros mais violentos, com uma taxa de 60,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, segundo a pesquisa Mapa da Violência, divulgada pelo Ministério da Justiça. “Maceió desponta como a capital mais violenta do País. Pior, os jovens são a maioria das vítimas. Entre os dias 11 e 13 de fevereiro, o IML e a Polícia Militar registraram 30 homicídios em Alagoas.” Para a deputada, é preciso que o governo priorize a segurança pública e adote uma estratégia de combate ao aumento da violência não só em Alagoas, mas em todo o País.

CEF

Ságuas Moraes (PT-MT) anunciou a inauguração da primeira agência da Caixa Econômica Federal no município de Juína, em Mato Grosso. “A agência inaugurada no dia 28 de fevereiro era uma reivindicação da população há mais de 15 anos”, disse. Segundo o deputado, a sede da CEF deve beneficiar cerca de 200 mil pessoas, incluindo cidades vizinhas. “Além de repassar os recursos dos programas sociais do governo, a agência vai disponibilizar crédito na praça e fomentar a indústria da construção civil”, ressaltou.



Domingos Dutra pede que governo do MA negocie com professor em greve

O deputado Domingos Dutra (PT-MA) pediu ontem à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, que abra as negociações com os professores do estado, em greve há 14 dias. “O estatuto que rege a educação foi aprovado no primeiro governo dela. Pedimos que negocie para que os alunos, principalmente os mais pobres, não percam o ano letivo”, reivindicou.

De acordo com Domingos Dutra, o Maranhão conta com quase 600 mil estudantes, em 1.420 escolas, “a maioria delas caindo aos pedaços, devido ao descaso do governo”. O deputado disse ainda que dos 32 mil professores maranhenses, 43% são contratados “sem nenhuma garantia trabalhista ou previdenciária”.

Ainda conforme o parlamentar, 60% dos alunos são analfabetos, e das 20 piores escolas do Brasil, cinco ficam no Maranhão. Para completar o quadro, disse, 25% dos alunos que começam o ensino médio não concluem esse nível porque precisam trabalhar. “E aqueles que terminam o segundo grau têm de migrar para outros estados porque o Maranhão não tem universidades”, acrescentou.

Segundo Dutra, a média de salário dos professores do Maranhão é de R\$ 630, “um salário mínimo”. Mas, afirmou, os profissionais não pedem apenas melhorias salariais. Dentre as reivindicações constariam também pontos como aplicação do piso nacional dos professores (de R\$ 1.187,08, segundo o Ministério da Educação), realização de concurso público e

plano de reestruturação da estrutura física e operacional das escolas do estado.

Reação - Domingos Dutra criticou a reação inicial do governo às demandas dos professores. De acordo com o deputado, o chefe da Casa Civil, Luís Fernando Silva, disse “que o governo quer que a greve continue porque economiza, deixa de pagar luz, água e papel”. Dutra considerou lastimável que o governo que “prometeu uma revolução na educação trate com deboche uma reivindicação justa para a área, que pode ajudar a superar a pobreza e a desigualdade regional”.

Domingos Dutra afirmou ainda que, apesar de sua localização privilegiada e da riqueza de seus recursos naturais, o Maranhão continua entre os estados mais pobres do Brasil. As causas do problema, na opinião

do deputado, não são econômicas, mas políticas. “Nossa pobreza é decorrente do longo tempo de poder de uma família. Há 57 anos o sr. José Saddam Mubarak Sarney utiliza o poder em Brasília para manter o povo maranhense na taca, na exploração e na miséria,” criticou o deputado.

O estatuto que rege a educação foi aprovado no primeiro governo dela [Roseana Sarney]. Pedimos que negocie para que os alunos, não percam o ano letivo



Bernardo Santana de Vasconcellos quer fortalecimento do Poder Legislativo

O Poder Legislativo deve ser fortalecido, defendeu em Plenário o deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG). “Temos nesta questão um quadro claro, que, penso, deve unir a todos, como os representantes do meu partido, o Partido da República, como todos que fazem parte da base do governo e os parlamentares da oposição, porque aqui não se trata de falar em

oposição ou em posição”, disse.

O que está em discussão, na opinião de Vasconcellos, é o enfraquecimento do Poder Legislativo, o descrédito a que o Legislativo foi levado e a necessidade de medidas urgentes para que ele volte a responder aos anseios da sociedade brasileira.

Vasconcellos lembrou que o parlamentar tem como primeira função defender o Legislativo e sua capacidade de ajudar “a construir o País que os brasileiros querem”. Segundo o deputado, duas coisas são nocivas da mesma forma a qualquer democracia: uma oposição irresponsável ou uma base de sustentação de governo subserviente que deixe em segundo plano o Legislativo.

“Fomos eleitos para este Parlamento, temos que ser defensores primeiros

da sua eficácia, da sua competência, da sua qualidade, mas sobretudo do respeito às prerrogativas, às competências, a este Poder, a cada um dos parlamentares”, afirmou.

O deputado do PR ressaltou que o País adotou em sua Constituição o federalismo e a tripartição dos Poderes. Por isso, acrescentou, o Brasil precisa ter Poderes

fortes, que respondam à teoria da tripartição. O deputado disse estar preocupado, pois hoje tudo o que se ouve falar em relação à reforma política se restringe à reforma eleitoral.

“Penso que a reforma política mais importante seja o restabelecimento daqueles princípios basilares da Constituição – a independência dos Poderes, o federalismo – para que tenhamos instituições fortes e independentes, que se fiscalizem, que cumpram suas prerrogativas, que tenham respeito e possam, de fato, exercer os seus papéis principais”, disse.

Ele salientou que se pode observar no Brasil uma preponderância muito grande de um poder em relação ao Legislativo. “Não se trata de forma nenhuma de

uma crítica ao governo, do qual faço parte”, ressaltou Vasconcellos.

“Como aliado da presidente Dilma Rousseff, penso que a melhor forma de contribuir é manter um Parlamento forte para ajudá-la de fato a governar, para que o País possa continuar a dar os passos de progresso a que temos assistido com tanto entusiasmo”, disse.

Fomos eleitos para este Parlamento, temos que ser defensores primeiros da sua eficácia, da sua competência, da sua qualidade, mas sobretudo do respeito às prerrogativas

Comissão elege dirigentes mesmo sem resposta sobre tramitação do PNE

A Comissão de Educação e Cultura elege hoje seus dirigentes – presidente e três vices – ainda sem a definição de como será a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), previsto no Projeto de Lei 8035/10, do Poder Executivo.

Ainda não se sabe se a proposta será analisada apenas pela Comissão de Educação ou por uma comissão especial. A deputada Fátima Bezerra (PT-RN), que foi indicada pelo PT para presidir a comissão, havia sido designada relatora do projeto no ano passado.

Conforme o despacho inicial, o mérito da proposta seria analisado só pela Comissão de Educação. O líder do PSDB, deputado Duarte Nogueira (SP), no entanto, apresentou requerimento para a formação de comissão especial para analisar o projeto. Pelo Regimento Interno, forma-se comissão especial para projetos cujo mérito seja analisado por mais de três comissões.

Metas - Entre as metas previstas no texto do Executivo, está a ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

Em relação aos professores, a intenção é assegurar até 2013 a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino. O PNE também estabelece que, até 2020, União, estados, Distrito Federal e municípios deverão colaborar para que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Na área do ensino infantil, o plano prevê que, até 2016, o atendimento esco-



DIÓGENIS SANTOS

No ensino médio, a meta do Plano Nacional de Educação é elevar a taxa de matrículas para 85% da população entre 15 e 17 anos

lar da população de 4 e 5 anos de idade seja universalizado. Até 2020, a oferta de educação infantil deverá atender a 50% da população de até três anos de idade.

O texto também institui a universalização, até 2020, do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade. No ensino médio, a meta é elevar a taxa de matrículas para 85% da população entre 15 e 17 anos.

Até 2020, a oferta de vagas no ensino profissional deverá ser de pelo menos 25% das matrículas dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de forma integrada aos anos finais dos níveis fundamental e médio.

Nível superior - No ensino superior, o objetivo é, até 2020, elevar a taxa bruta (índice que leva em consideração todas as faixas etárias) de matrícula para 50%,

e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. Outras metas nesse nível são: ampliar a atuação de mestres e doutores nas instituições de ensino superior para, no mínimo, 75% do corpo docente em efetivo exercício; e expandir gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, a fim de formar anualmente 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Prioridade - A análise do PNE é considerada prioritária pela Comissão de Educação, pois define a política do setor para os próximos dez anos. Por isso, Fátima Bezerra quis aguardar resposta da Presidência da Câmara sobre a tramitação da proposta antes de a comissão eleger seus dirigentes. O requerimento do deputado Duarte Nogueira ainda não foi respondido. A reunião será realizada às 10 horas no plenário 10.

TELECOMUNICAÇÕES

Projeto exige sequência de canais básicos em TV por assinatura

A Câmara analisa o Projeto de Lei 66/11, do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), que obriga as prestadoras de serviço de televisão por assinatura a oferecer os canais básicos da grade de programação em sequência crescente de números identificadores.

De acordo com o parlamentar, a medida vai coibir as alterações de posição no dial televisivo que vêm afetando gravemente sobretudo os canais de finalidade institucional, como TVE, TV Justiça, TV Câmara, TV Senado e TVs comunitárias.

“Agrupar os canais de TV aberta ou fechada numa mesma sequência nu-

mérica e dar ao telespectador a facilidade de localizar as emissoras é uma regra de interesse público nacional”, afirmou Leite.

Canais básicos - Segundo a proposta, as prestadoras de serviço devem oferecer sequência fixa para os seguintes canais, caracterizados como básicos: abertos, de programação gratuita; um legislativo para o uso compartilhado entre as câmaras de vereadores dos municípios e a assembleia legislativa do estado; um reservado para a Câmara dos Deputados; um reservado para o Senado Federal; um universitário; um educativo-cultural, reservado para órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos esta-

dual e municipal; um comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos; e os demais canais de empresas ou instituições brasileiras.

Quem descumprir as determinações propostas ficará sujeito à multa de R\$ 100 mil por dia até que seja sanado o erro. A multa será aplicada por órgão de fiscalização da União e seu valor dobrará a cada reincidência.

O projeto será analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Pinga-Fogo

Anvisa

Dr. Rosinha (PT-PR) registrou as consultas públicas realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária que tratam sobre o consumo do tabaco no Brasil. Segundo ele, a consulta 112, que proíbe colocar aditivos nos cigarros, e a consulta 117, que regula a publicidade e a exposição do cigarro nos pontos de venda, são importantes para combater o vício. “O Ministério do Trabalho está implantando ações para fazer com que os produtores de tabaco escolham outros tipos de plantas rentáveis e que não agridam a população e o sistema de saúde”, informou.

Agricultura

Ronaldo Nogueira (PTB-RS) comemorou a prorrogação do programa de financiamento do governo federal para a compra e a produção de máquinas e implementos agrícolas. O Programa de Sustentação do Investimento, destacou, foi criado para conter os efeitos da crise financeira mundial e foi prorrogado até dezembro de 2011, com um aporte de recursos na faixa de R\$55 bilhões ao BNDES. Segundo o deputado, o Rio Grande do Sul é responsável por 65% da produção nacional de máquinas e equipamentos agrícolas.

Bolsa Família

Jair Bolsonaro (PP-RJ) criticou o reajuste de 19,4% anunciado pelo governo federal para os benefícios do programa Bolsa Família. O aumento corrige a inflação do período entre setembro de 2009 e março de 2011. “O governo do PT amplia e fortalece a sua base eleitoral. Enquanto muitos se preocupam com a reforma política, no Congresso o governo promove a ditadura do proletariado”, criticou.

Meio ambiente

Silas Câmara (PSC-AM) pediu aos governos federal, estaduais e municipais a devida atenção para as leis que tratam do meio ambiente. “Peço ao governo federal que olhe para o setor extrativista com a atenção que o homem da floresta merece, para que ele possa ter dignidade e preservar o meio ambiente, além de sustentar sua família”, afirmou. Para ele, é impossível que o homem da floresta sobreviva de forma digna sem o apoio do governo federal.

Pinga-Fogo

Formatura

José de Filippi Júnior (PT-SP) celebrou a formatura da primeira turma do campus Diadema da Universidade Federal do Estado de São Paulo. "De 2003 a 2010, o governo federal ampliou a área de atuação da Unifesp, fundada em 1933, e conhecida até então, como Escola Paulista de Medicina. A construção do campus Diadema foi parte importante dessa expansão." Segundo o deputado, a Unifesp passou de 1,1 mil alunos em 2003 para 8 mil em 2011.

Homenagem

Raimundão (PMDB-CE) prestou homenagem póstuma aos 65 anos de falecimento do beato José Lourenço da Silva. Segundo o deputado, o beato foi um líder comunitário do Caldeirão, que reuniu muitos seguidores, pessoas que viviam em regime de oração e trabalho.

Drogas

Missionário José Olímpio (PP-SP) apresentou projeto que prevê atendimento médico aos usuários de drogas e alcoólatras nos hospitais públicos, além de orientação psicológica para a família. "A dependência tem levado os jovens à evasão escolar, contribuindo para a falta de qualificação para o mercado de trabalho e para a vida do crime, já que eles não têm oportunidades de emprego." O deputado agradeceu o apoio dos eleitores de São Paulo. "Dos 645 municípios paulistas, recebi votos em 631."

Pacto federativo

Em seu primeiro mandato, Júnior Coimbra (PMDB-TO) defendeu o fortalecimento dos municípios com a redefinição do pacto federativo, além de uma reforma que simplifique o sistema tributário brasileiro. "O atual modelo de distribuição orçamentária prejudica os municípios. Os impostos devem ser distribuídos igualmente entre a União, os estados e os municípios. A reforma tributária deve levar em conta o desenvolvimento econômico e a prosperidade dos cidadãos", disse o deputado.

Disputas atrasam consenso sobre lei para terceirização

Tiago Miranda

Um contingente de 8,2 milhões de pessoas ainda não possui legislação que regulamente suas relações trabalhistas. São os terceirizados, que representam 22% dos trabalhadores com carteira assinada no Brasil, segundo estudo do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeprestem), de São Paulo.

Deputados, empresários, sindicatos e estudiosos concordam com a necessidade de uma lei para o setor, atualmente regulado pela súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). As formas de regulamentação da categoria, porém, são pontos de disputa e não fazem o tema avançar.

Tramitam na Câmara 22 propostas sobre a regulamentação de terceirizados. Os deputados mais ligados ao empresariado defendem o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 4302/98, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta a terceirização de trabalho com a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Essa medida transfere para os tomadores de serviços as obrigações trabalhistas, como pagamento de férias ou da Previdência Social, apenas quando estão esgotados os bens da firma terceirizada. A proposta também permite a terceirização em qualquer área da empresa, seja ela atividade-fim ou atividade-meio.

O deputado Sandro Mabel (PR-GO), relator da proposta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, defende a aprovação do texto atual e, posteriormente, aprimoramentos com outros projetos. "Se quisermos fazer a melhor lei de terceirização, não sairá lei nenhuma", afirmou.

Segundo ele, a responsabilidade solidária, que ocorre quando o trabalhador pode cobrar o pagamento de direitos trabalhistas tanto da empresa terceirizada quanto do tomador de serviços, é um erro. "Assim fica muito fácil, joga para o tomador de serviço todo o custo", criticou Mabel.

Um anteprojeto que vem sendo elaborado desde o fim do governo do ex-presidente Lula, em parceria com as centrais sindicais e parte do empresariado, prevê a responsabilidade solidária e proíbe a terceirização da atividade-fim da empresa. A proposta, que está na Casa Civil sem previsão de chegar à Câmara, também garante aos terceirizados os mesmos direitos da categoria preponderante na empresa.

Para o deputado Vicentinho (PT-SP),

autor de uma proposta (PL 1621/07) com posicionamento semelhante, a responsabilidade solidária é necessária para garantir os direitos do terceirizado. "O empresário que contrata também tem responsabilidade. Afinal de contas, os terceirizados, mesmo sendo intermediários, trabalham para quem contrata." Segundo ele, a medida ajudaria a resolver processos trabalhistas que se arrastam na Justiça e prescrevem ao ultrapassar o limite de cinco anos.

Regra mista - Mabel, que apresentou uma proposta (PL 4330/04) defendendo a responsabilidade subsidiária, disse que atualmente é a favor de uma regra mista. Dessa forma, a responsabilidade seria subsidiária quando a contratante comprovasse a fiscalização dos encargos trabalhistas e solidária nos casos de omissão. "Mensalmente, o tomador de serviço tem de exigir. Se ele exigiu a guia e a empresa prestadora sumiu, o problema não é dele", disse. O deputado disse que essa regra pode ser incluída durante a votação do projeto do governo FHC (PL 4302/98) no Plenário.

Outro a defender a regra mista é o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que é presidente da Força Sindical. "Se a empresa cumprir a fiscalização, ela não terá problemas com esses direitos", afirmou.



Vicentinho

O Projeto de Lei 6832/10, do ex-deputado Paulo Delgado, prevê essa regra. A proposta foi desarquivada e tramita apensada ao projeto de Vicentinho.

Na opinião do sociólogo José Pastore, especialista em relações trabalhistas, a regra mista é a melhor. "Se você aprovasse isso na lei, a tomadora pensaria duas vezes em contratar uma empresa relapsa, que não protege os trabalhadores", argumentou.

Atividade-fim - O anteprojeto do governo proíbe a terceirização da atividade-fim da empresa. Essa posição, no entanto, recebe críticas de deputados ligados a sindicatos e a empresas. Segundo o deputado Laercio Oliveira (PR-SE), vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), as mudanças no comércio e na relação de trabalho acabam dificultando a definição do que é atividade-fim. "Hoje em dia, já se terceiriza tudo. Qual a atividade-meio ou fim de um banco hoje?"

Segundo Paulo Pereira, a proibição de terceirização da atividade-fim das empresas não é consenso no meio sindical. "Você pode determinar [a atividade-fim] em alguns ramos de profissão, mas no geral não", argumentou. Ele disse que o importante é garantir os direitos trabalhistas dos terceirizados, independentemente de sua função na empresa.

Já o deputado Vicentinho vê a proibição como necessária para a regulamentação da atividade. "Se uma empresa é fabricante de carro, ela existe para isso; por que vai terceirizar essa atividade?" indagou. Para o deputado, o projeto precisa definir o que pode ou não ser terceirizado.



Sandro Mabel

Principais projetos que regulamentam a terceirização

Projetos	Autor	Responsabilidade trabalhista*	Terceirização de atividades	Regulamentação (setores público e privado)
PL 4302/98	Executivo (gov. Fernando Henrique)	Subsidiária	Todas as atividades	Serviço público e iniciativa privada
PL 4330/04	Sandro Mabel (PR-GO)	Subsidiária	Todas as atividades	Serviço público e iniciativa privada
PL 6832/10	Ex-deputado Paulo Delgado	Subsidiária e solidária	Todas as atividades	Serviço público e iniciativa privada
PL 1621/07	Vicentinho (PT-SP)	Solidária	Veda atividade-fim	Só iniciativa privada
Anteprojeto	Executivo (gov. Lula/Dilma)	Solidária	Veda atividade-fim	Só iniciativa privada

* Os tipos de responsabilidade trabalhista

Subsidiária: O terceirizado só pode cobrar o pagamento de direitos trabalhistas da empresa tomadora de serviços após estarem esgotados os bens da firma terceirizada

Solidária: O terceirizado pode cobrar o pagamento de direitos trabalhistas tanto da empresa terceirizada quanto da tomadora de serviços

Laercio Oliveira: pregão não serve para a contratação de serviços

O deputado Laercio Oliveira (PR-SE) afirmou que a maioria dos problemas relacionados à terceirização, como o não pagamento de direitos trabalhistas, ocorre no serviço público. “O governo só quer contratar pelo menor preço. Mas, para prestação de serviço, deve-se contratar por outros critérios”, disse. O deputado criticou o uso do pregão eletrônico para a contratação de mão de obra pelo serviço público. “O pregão eletrônico é para comprar produtos, é um verdadeiro leilão, ganha quem dá menos.”

Na opinião do deputado Sandro Mabel (PR-GO), o serviço público tem de responder como o privado. “Isso são dois pesos e duas medidas. Por que ele quer impor a regra de um jeito e ele não quer cumprir?” questionou.

O anteprojeto do Ministério do Trabalho restringe a regulamentação ao setor privado. Para o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), que participou da elaboração da proposta, a responsabilidade da administração pública não foi incluída no anteprojeto para não atrasar



Laercio Oliveira



Paulo Pereira da Silva

o encaminhamento ao Congresso. “Acho que terminamos o projeto muito no final do Governo Lula e a Casa Civil não quis arranjar mais uma encrenca para discutir”, afirmou o parlamentar.

Respaldo jurídico - A súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) previa a responsabilidade subsidiária da administração pública em casos de terceirização. O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu essa validade em novembro de 2010, por ser contrária à previsão da Lei de Licitações e Contratos (8.666/93, que isenta o governo da

responsabilidade). Há uma norma do Ministério do Planejamento (Instrução Normativa 2/08) que trata da terceirização, mas isenta a administração pública de responsabilidade sobre os serviços terceirizados.

Segundo a consultoria em Direito Trabalhista da Câmara Cláudia Melo, a decisão do STF ainda é controvertida. “Se não for aprovada a lei, ainda vamos esperar algum tempo até o Judiciário descobrir o melhor caminho a tomar e a matéria se pacificar”, afirmou.

O governo só quer contratar pelo menor preço. Mas, para prestação de serviço, deve-se contratar por outros critérios

Laercio Oliveira

Audiência pública discute amanhã mudanças nas relações trabalhistas

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realiza na quarta-feira (16) audiência pública para discutir as relações de trabalho no Brasil e no mundo. A reunião está marcada para as 10 horas no plenário 12.

O presidente da comissão, deputado Silvio Costa (PTB-PE), argumenta que a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43) precisa ser aperfeiçoada. “A Constituição Federal foi elaborada em 1988 e já tem 68 emendas. A CLT é de 1943. Ela precisa ser repensada, precisamos avançar nas relações de trabalho.”

Um dos convidados para o primeiro debate da Comissão neste ano é o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Gaz, concorda que a atualização das regras sobre relações de trabalho deve ser uma

das prioridades da Câmara nos próximos anos. Para ele, o debate deve levar em conta as mudanças introduzidas pela modernização dos processos de produção e a segurança jurídica para empresas e trabalhadores.

Clemente Gaz cita, como exemplos dos temas que devem ser discutidos pelo Congresso, a regulamentação da terceirização, “que muitas vezes se torna um mecanismo de precarização das condições de trabalho”; a jornada de trabalho; a negociação coletiva para os trabalhadores do setor público; a alta rotatividade do mercado em alguns setores; e a dispensa imotivada.

Além de Clemente Gaz, também foram convidados para o debate o sociólogo e



Silvio Costa

professor de relações do trabalho José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP); e o gerente-executivo de relação trabalhista e desenvolvimento associativo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Emerson Casali Almeida.

A audiência, segundo Silvio Costa, faz parte do esforço que a comissão fará

nesta legislatura para discutir com a sociedade propostas para mudar a legislação trabalhista. O objetivo, segundo ele, é envolver principalmente empresários e trabalhadores de vários setores da economia.

Pinga-Fogo

Mulheres

Para Jandira Feghali (PCdoB-RJ), os cinco anos da Lei Maria da Penha devem ser comemorados. “Lamento, no entanto, que alguns juizes, por motivos ideológicos ou culturais, tentem desqualificar a lei, que não foi fruto de uma discussão de gabinete, mas nasceu a partir de um debate com o segmento feminino em todo o País. A violência de gênero não se restringe à agressão física, mas passa pelo assédio moral e sexual.”

Benefícios

Audifax (PSB-ES) destacou o trabalho da bancada em prol do Espírito Santo. “A dragagem do porto de Vitória e o aprofundamento do canal; a duplicação de várias rodovias federais e a ampliação do aeroporto da capital são obras prioritárias.” O deputado vai apresentar o projeto apelidado “Maria da Penha da Educação”, pois as agressões na sala de aula têm aumentado – a garantia da segurança dos professores, disse, ajudar a ensino de qualidade.

BR-222

Marllos Sampaio (PMDB-PI) solicitou ao governo federal a retomada das obras da BR-222, rodovia que corta a região norte do Piauí. “Apenas um terço da obra foi concluída no Piauí enquanto no Ceará e no Pará, as obras já terminaram. Além de beneficiar a população, as obras da BR-222 vão desafogar o tráfego na região urbana de Teresina, em cerca de 20%”, argumentou.

Agradecimento

Padre João (PT-MG) agradeceu a sua votação. “Dos 853 municípios, tive voto em 760. Quero reafirmar o meu compromisso com os que abraçaram a minha campanha por convicção e por conhecer meu trabalho. Agradeço ao MST, ao Movimento dos Atingidos por Barragens e ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.” Para o deputado, o grande desafio é a saúde. Ele defendeu um entrosamento entre prefeitos, governadores e entidades.

Representantes da agropecuária querem fazer contraponto aos ambientalistas

Murilo Souza

A iniciativa da Frente Parlamentar Agropecuária de debater hoje a proposta de alteração ao Código Florestal Brasileiro será mais uma oportunidade para que ruralistas e ambientalistas cheguem a um acordo em relação ao substitutivo – já aprovado em comissão especial – do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao PL 1876/99. O debate ocorrerá no auditório Freitas Nobre, a partir das 14h.

Para o presidente da Câmara, Marco Maia, a complexidade do tema e a demora em encontrar uma solução que agrade ambos os lados é o principal motivo que inviabiliza a votação da proposta em Plenário. “Não vejo nenhuma possibilidade de colocar a proposta na pauta sem acordo, porque tanto ruralistas quanto ambientalistas têm força suficiente para impedir a votação em Plenário”, afirmou o presidente, que na semana passada instituiu informalmente um colegiado composto por 14 deputados para facilitar o entendimento entre produtores rurais e ambientalistas.

Segundo o coordenador e presidente da Frente Agropecuária, deputado Moreira Mendes (PPS-RO), o objetivo da reunião desta terça é abrir o debate e fazer um contraponto com as informações apresentadas por deputados ambientalistas e por outros segmentos da sociedade.

Moreira Mendes questiona, por exemplo, a crítica dos ambientalistas à parte do relatório que suspende as penalidades aplicadas a produtores rurais por crimes ambientais cometidos até julho de 2008. “Não existe anistia em nenhum ponto da proposta do Aldo Rebelo. O que existe é uma suspensão temporária das penalidades por cinco anos para que estados, municípios e produtores se envolvam com a questão e promovam a regularização ambiental de suas propriedades”, argumenta Mendes.

Área ocupada - De acordo com o

texto, a suspensão permitiria aos produtores continuar as atividades em área de reserva até que seja elaborado o Programa de Regularização Ambiental, cujo prazo é de cinco anos. Por outro lado, a proposta passa a proibir pelo mesmo período a abertura de novas áreas para agricultura ou pecuária em qualquer propriedade do País – uma moratória do desflorestamento.

Segundo Mendes, dentro do prazo de cinco anos o poder público a c o m p a n h a r i a e fiscalizaria as ações de cada produtor até que ele enquadre a propriedade ao que determina a lei. “Aqueles que não se enquadram dentro

Não existe anistia em nenhum ponto da proposta do Aldo Rebelo. O que existe é uma suspensão temporária das penalidades por cinco anos para que estados, municípios e produtores se envolvam com a questão e promovam a regularização ambiental de suas propriedades
Moreira Mendes

desse período perdem o direito à isenção”, completa.

Reserva legal - Outro ponto bastante questionado pelos ambientalistas é a dispensa conferida a pequenos proprietários com áreas de até quatro módulos fiscais da obrigatoriedade de recomposição ou compensação da reserva legal. Segundo Mendes, atualmente já existe

uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente prevendo isso.

Mendes também considera justa a transferência para os estados e municípios da competência de legislar sobre áreas de florestas. “O Brasil é muito diverso, e não se deve dar para o pampa gaúcho o mesmo tratamento que se dá para a região da caatinga”, diz.



DIÓGENIS SANTOS

A última alteração no atual Código Florestal foi feita em 2001 e redefiniu os conceitos de reserva legal e de área de preservação permanente

Criada em 1934, legislação já passou por sete mudanças

Desde que foi criado, durante o governo de Getúlio Vargas, o Código Florestal Brasileiro já passou por sete alterações. Por meio do Decreto 23.793/1934, o primeiro código instituído estabeleceu, entre outros pontos, o conceito de florestas protetoras. Embora semelhante ao atual conceito das Áreas de Preservação Permanente (APPs), o decreto não previa as distâncias mínimas para a proteção dessas áreas.

A atual legislação, Lei 4.771/65, estabeleceu limitações ao direito de propriedade no que se refere ao uso e exploração do solo e das florestas. O texto criou a previsão para APPs e, posteriormente, após alteração feita em 1986, para áreas de Reserva Legal (RL).

Em 1996, a primeira de uma série de medidas provisórias editadas para alterar o código restringiu a abertura de novas áreas em florestas. As MPs, embora não tenham aumentado a área de reserva legal, passaram a permitir o desmatamento de apenas 20% nas regiões de floresta. A partir da MP 2080/2000, a reserva legal em áreas de floresta passou a ser de 80%.

Dois anos depois, o código passa a incorporar a Lei de Crimes Ambientais, transformando diversas infrações administrativas em crimes. A mudança permitiu que os órgãos de fiscalização ambiental pudessem aplicar pesadas multas aos infratores.

A última alteração no atual código foi

feita em 2001 e redefiniu os conceitos de reserva legal e de área de preservação permanente. Pelo texto, o tamanho mínimo da reserva legal passou a depender do tipo de vegetação existente e da localização da propriedade. No bioma Amazônia, o mínimo é de 80%. No Cerrado Amazônico, 35%. Para as demais regiões e biomas, 20%.

No caso das APPs, o novo texto passou a considerar a faixa marginal dos cursos d'água cobertos ou não por vegetação e, nas pequenas propriedades ou posse rural familiar, ficou definido que podem ser computados no cálculo da área de reserva legal os plantios de árvores frutíferas ornamentais ou industriais. (MS)

CAMPO

Frente da Agricultura Familiar será lançada nesta terça

Será relançada hoje a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar. O grupo é formado por 223 deputados e tem como coordenador provisório o deputado Assis do Couto (PT-PR).

“Dada a importância da agricultura familiar para o Brasil, é fundamental que o Congresso Nacional esteja permanentemente atento às suas necessidades e

debatendo os temas de interesse dos agricultores e das organizações que representam o setor”, disse.

O deputado ressalta que a agricultura familiar emprega a maior parte da mão de obra ocupada no campo (12,3 milhões de

pessoas) e tem participação importante na produção dos alimentos que compõem a cesta básica.

Assis do Couto lembra que, de acordo com o último censo agropecuário do IBGE de 2009, a agricultura familiar era responsável por 87% da produção nacional de man-

dioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. “Na pecuária, o trabalho dessas famílias produtoras responde por 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% da produção de aves e 30% dos bovinos”, disse o parlamentar.

O ato de lançamento da frente está previsto para as 17 horas, no plenário 2.

